



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 34

**ANEXO I****TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****TERMO DE REFERÊNCIA N.º 17 / 2017**

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, mediante a instalação, em computadores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) previamente indicados, de sistema on-line automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento das necessidades do TCDF, durante o exercício de 2018.
<b>PROCESSO</b>	17.859 / 2017-e
<b>ESTIMATIVA</b>	R\$ 324.375,00
<b>REGIME</b>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
<b>TIPO</b>	MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO)

**RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:****EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Oswaldo Junqueira Vaz Júnior  
Darlan Lima Carneiro

**TELEFONE:** (61) 3314-2870**EMAIL:** spc@tc.df.gov.br**EQUIPE TÉCNICA:**

Leandro Oliveira Vaz de Souza

**TELEFONE:** (61) 3314-2839**EMAIL:** leandrosouza@tc.df.gov.br

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 2 de 34

## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, mediante a instalação, em computadores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) previamente indicados, de sistema on-line automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento das necessidades do TCDF, durante o exercício de 2018.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. Disponibilização de serviço de agenciamento de viagens com utilização de sistema on-line de reserva, para aquisição de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais operações, a serem utilizados pelas autoridades e servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) nas viagens a serviço e para participação em eventos e cursos de aperfeiçoamento e de capacitação de interesse do Tribunal.

### **2.2. MOTIVAÇÃO**

#### **2.2.1. Razões de direito:**

2.2.1.1. Nos termos do art. 15, inciso IX, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273, de 03 de julho de 2014, compete à Supervisão de Ações Educacionais Internas (SEDIN):

2.2.1.1.1. Instruir os processos referentes à participação de membros e servidores em cursos e eventos de interesse institucional realizados fora do Tribunal e, mediante autorização da Presidência, adotar as providências necessárias ao deslocamento e à concessão de diárias, no caso de eventos fora do Distrito Federal.

2.2.1.2. Por sua vez, o art. 1º, caput, da Portaria TCDF nº 273/2013, de 30 de agosto de 2013, prevê que:

2.2.1.2.1. Os Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal e servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do TCDF, que se afastarem do Tribunal, em objeto de serviço eventual ou transitório, para



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 3 de 34

outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus a passagens e diárias, (...), na forma prevista nesta Portaria e em seus Anexos I e II.

#### **2.2.2. Razões de fato:**

2.2.2.1. O contrato atual de emissão de bilhetes de passagens aéreas findará em 31/12/2017 (Contrato TCDF nº 1/2017 – Processo nº 17595/2016), sem possibilidade de renovação, sendo necessária nova contratação para atender as demandas de emissão de passagens aéreas para o exercício de 2018.

### **2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

2.3.1. Atendimento ao disposto na Portaria TCDF nº 273/2013, com o fornecimento de passagens aéreas para as autoridades e servidores que se afastarem do Tribunal, em objeto de serviço eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior.

2.3.2. Acesso das autoridades e servidores do TCDF a eventos de capacitação e de aperfeiçoamento que ocorram fora da sede do TCDF.

## **3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

### **3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

3.1.1. Fornecimento de passagens aéreas para qualquer trecho servido por linhas aéreas regulares, abrangendo todo o território nacional e destinos no exterior, mediante a instalação, em computadores do TCDF previamente indicados, de sistema automatizado com acesso on-line via rede mundial de computadores, com as seguintes funcionalidades:

3.1.1.1. Acesso por servidores designados pelo CONTRATANTE, em nível de requisitante, que possibilite a cotação, reserva (*self-booking*), remarcação, cancelamento, requisição e emissão de bilhete de passagem (*self-ticket*) em formato *Eticket* ou similar, juntamente com o pagamento de tarifa de bagagem eventualmente cobrada pela companhia aérea.

3.1.1.2. Registro de todo o histórico de emissão, cancelamento, remarcação e utilização de passagens aéreas, fornecendo, detalhadamente, a identificação dos passageiros, o itinerário, o preço da passagem e de outras tarifas cobradas e o motivo da viagem a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponível.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 34

3.1.1.3. Visualização em tela única dos menores preços de passagens aéreas e das tarifas de bagagens com indicação do menor preço total.

3.1.1.4. Dispor de mecanismos de segurança, que garantam a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

3.1.1.5. Estar disponível para acesso 24h (vinte e quatro horas) por dia, durante 7 (sete) dias por semana.

3.1.1.6. Possibilitar a solicitação de ressarcimento pelos bilhetes emitidos, pagos e não utilizados, deduzidos os valores referentes às multas e taxas cobradas pelas empresas aéreas.

3.1.1.7. Possibilitar o cadastro e exclusão de usuários a qualquer tempo e a definição do nível de acesso deles.

3.1.1.8. Disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens a serem informados na resposta ao serviço de reserva de passagem aérea (*self-booking*): nome do passageiro, horário do voo, número do pedido, da poltrona e do código de reserva e escalas e conexões dos voos.

3.1.1.9. Dispor de mecanismo gerador de relatórios, em planilha eletrônica, contendo o histórico de cotações, reservas, compras, remarcações e cancelamentos, por período e usuário, e que possibilite a aplicação de filtros desejados pelo usuário para visualização e/ou impressão.

3.1.1.10. Funcionar por meio de um aplicativo que utilize a internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas de acesso.

3.1.1.11. Permitir a criação dos seguintes perfis ou grupos de usuários, cujos acessos se darão por meio de senha individual na forma do item 3.1.1.11:

3.1.1.11.1. **Grupo de Usuário Requisitante** – formado pelos executores/fiscais do contrato, entendido estes como os responsáveis pela cotação, reserva e pela requisição de emissão, remarcação e cancelamento de passagens.

3.1.1.11.2. **Grupo de Usuário de Auditoria** – formado por servidores do TCDF, com atribuição de monitorar o procedimento de fornecimento de



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 34

passagens aéreas.

3.1.2. Emissão de bilhete para os seguintes trechos:

3.1.2.1. Dentro do território nacional;

3.1.2.2. Diversos destinos internacionais; e

3.1.3. Elaboração de plano de viagem para passagens internacionais, com diferentes alternativas.

### 3.2. DEFINIÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS CONTRATADOS

3.2.1. **AGENCIAMENTO DE VIAGEM:** compreende a cotação, reserva, compra, emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea *on-line*, por meio do sistema descrito no item 3.1.

3.2.2. **CANCELAMENTO:** compreende a desistência de utilização de bilhete emitido, gerando ou não valores de reembolso, gerando ou não multa pelas companhias aéreas, conforme as regras vigentes dessas.

3.2.3. **EMISSÃO:** compreende a cotação, pesquisa, reserva, marcação de assentos, definição do pagamento das tarifas de bagagens, compra e emissão de bilhetes de passagem em formato *Eticket*.

3.2.4. **PASSAGEM AÉREA:** bilhete de companhia aérea que abrange um trecho (origem – destino) da viagem.

3.2.5. **REMARCAÇÃO:** compreende alteração de datas, trechos ou horários de voos.

3.2.6. **SISTEMA ON-LINE AUTOMATIZADO:** sistema de computador que utilize tecnologia da comunicação e informação com as características citadas no item 3.1 do presente Instrumento.

3.2.7. **TRECHO:** compreende todo o percurso entre a origem e destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

### 3.3. CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CUMPRIDAS PELA CONTRATADA

3.3.1. Instalar e manter funcionando o sistema a que se refere o item 3.1, durante 24h por dia, 7 dias por semana, em computadores do TCDF previamente indicados.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 34

3.3.1.1. A CONTRATADA realizará o suporte técnico, manutenção e atualização do sistema a que se refere o item 3.1, das 8h às 18h, nos dias em que houver expediente no TCDF, por iniciativa própria, quando constatada a necessidade, ou a requerimento do executor/fiscal do contrato para solucionar problemas pontuais ou contínuos.

3.3.1.2. O TCDF poderá requisitar à CONTRATADA a instalação do sistema em outros computadores indicados pelo fiscal/executor do contrato necessários para a regular prestação dos serviços.

3.3.2. Avisar previamente ao executor/fiscal do contrato sempre que o sistema estiver indisponível para uso, informando os motivos e o prazo para restabelecimento.

3.3.3. Disponibilizar para o CONTRATANTE, plantão de telefones fixos e/ou celulares, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, para atender a demandas não possíveis de ser efetuadas pelo sistema a que se refere o item 3.1, devendo, nesses casos, encaminhar os bilhetes de passagens ao fiscal/executor do contrato (pessoalmente ou via e-mail) em, no máximo, 2 horas a partir da solicitação.

3.3.4. Indicar o funcionário que atenderá os casos excepcionais e urgentes, que ocorrerem nos finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente.

3.3.5. Efetuar reservas, emissão e remarcação de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do CONTRATANTE em tempo hábil para o embarque do passageiro.

3.3.6. Possuir escritório/loja no Distrito Federal, ou caso esteja sediada em outro Estado da Federação deverá disponibilizar número de telefone com ligação gratuita ou a preço de ligação local.

3.3.7. Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada).

3.3.8. Manter atualizada a relação das empresas filiadas ao Sistema, com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao CONTRATANTE as inclusões e/ou exclusões de novas empresas.

3.3.9. Reembolsar ao CONTRATANTE qualquer passagem não utilizada que este venha a lhe devolver, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do contrato, observado o disposto



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 7 de 34

no item 3.3.12.

3.3.10. Reservar, emitir, remarcar e substituir passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive permitir a aquisição de bilhetes diretamente nas lojas das empresas aéreas, localizadas ou não nos aeroportos, quando os sistemas de gestão de viagens ou da companhia aérea estiverem fora do ar e o prazo para a aquisição do bilhete antes do horário de embarque for exíguo, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

3.3.11. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

3.3.12. Adotar as medidas necessárias para promover o cancelamento de passagens de trechos não utilizadas, independentemente de justificativa por parte do CONTRATANTE.

3.3.12.1. Promover, no prazo **máximo de 60 (sessenta) dias**, mesmo que findo o contrato celebrado, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE, mediante solicitação feita por meio de documento oficial, a contar do recebimento do referido documento, ou quando identificada a não utilização do bilhete pela própria CONTRATADA, após a data de embarque prevista, com emissão de nota de crédito em favor do CONTRATANTE, a ser utilizada como abatimento no valor de faturas posteriores, ou, no caso de inexistência destas, reembolsadas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

3.3.12.2. A nota de crédito deverá conter detalhadamente os encargos descontados pelas empresas aéreas, segundo as regras tarifárias vigentes, a fim de proporcionar a conferência por parte dos executores do contrato.

3.3.12.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo citado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete será glosado em fatura a ser liquidada, ou, no caso de inexistência destas, reembolsado pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou descontado da garantia ou, ainda, cobrada judicialmente.

3.3.13. Providenciar a substituição de passagens quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante requisição do CONTRATANTE. Nos casos em que houver aumento de custo, o valor inicial será complementado e, se houver





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 8 de 34

diminuição de custo, emitir-se-á nota de crédito em favor do CONTRATANTE, a ser utilizada como abatimento do valor da fatura posterior, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento do Ofício.

3.3.14. Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas concedidos pelas companhias aéreas, tanto sobre passagens quanto sobre bagagens, inclusive os ofertados nos sites das referidas companhias, cobrando o efetivo valor praticado das passagens aéreas, observado o disposto no item 3.4.

3.3.15. Caso o sistema a que se refere o item 3.1 venha estar indisponível, a CONTRATADA deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas para o fiscal/executor do contrato; que forem corretamente emitidos e devidamente confirmados; via e-mail, ou pessoalmente na Escola de Contas Públicas do TCDF, situada no Setor de Garagens Norte 1, Lote 226, Asa Norte, Brasília – DF (Supervisão de Ações Educacionais Internas).

3.3.16. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA deve disponibilizar aos servidores do TCDF designados para essa função, no prazo máximo de 10 (dez) dias do início da vigência do contrato, o sistema com as funcionalidades e características descritas no item 3.1, e promover a orientação necessária imediata dos servidores indicados pelo CONTRATANTE para operar o sistema.

3.3.16.1. O processo de implantação do sistema pela CONTRATADA compreende o cadastramento dos usuários com a definição das respectivas senhas e perfis de acesso.

3.3.16.2. A CONTRATADA deverá, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE, prestar todo tipo de assistência aos operadores do sistema, de modo a permitir a boa e regular prestação dos serviços de gerenciamento.

#### 3.4. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.4.1. Os preços das passagens a serem pagos pelo CONTRATANTE serão os praticados pelas companhias aéreas à época da emissão do bilhete da passagem aérea, **mantido sempre o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA na licitação**, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, com a exclusão apenas das taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 9 de 34

3.4.2. A remuneração dos serviços de Agenciamento de Viagens corresponderá à importância fixa estipulada no Anexo II (Estimativa de Preço e do Percentual de Desconto) por passagem aérea emitida, conforme definições trazidas no item 3.2.

3.4.3. O percentual de desconto será fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese em que as companhias aéreas concedam descontos promocionais em maior percentual à CONTRATADA, caso em que a CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE apenas este último desconto.

3.4.4. As taxas exigidas serão exclusivamente as cobradas pelas companhias aéreas, inclusive as correspondentes às passagens internacionais, de acordo com as respectivas regras tarifárias e com os normativos dos órgãos governamentais reguladores, sem prejuízo da aplicação do desconto ofertado na licitação quando for o caso.

3.4.5. Os custos dos serviços de remarcação e cancelamento deverão estar embutidos no custo dos serviços de agenciamento de viagens, observado o disposto no item 3.4.2.

3.4.6. Não haverá pagamento de remuneração ao agente de viagens nos casos de emissões de relatórios gerenciais.

3.4.7. O faturamento pela CONTRATADA deverá ocorrer de forma mensal e corresponder ao valor dos bilhetes emitidos no período, devidamente atestada pelo setor competente para a sua aceitação.

3.4.8. Na hipótese de os valores não serem processados na fatura relativa ao mês da ocorrência, deverão esses ser incluídos na próxima fatura emitida pela CONTRATADA.

### 3.5. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.5.1. Em caso de dúvida técnica é conveniente o contato do interessado com a Supervisão de Ações Educacionais Internas (SEDIN), localizada na Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizada no Setor de Garagens Norte 1, Lote 226, Asa Norte, Brasília – DF, telefone (61) 3314 2933, das 13h às 18h30.

## **4. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE**

### 4.1. **MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

4.1.1. Na execução dos serviços, deverão ser observadas as especificações técnicas, os prazos, condições e padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento e demais anexos, bem como a celeridade na prestação dos serviços.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 10 de 34

4.1.2. Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de **empreitada por preço unitário**.

#### 4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo III da Lei 8.666/93, o presente Instrumento, demais Anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes do contrato a ser assinado (Anexo IV).

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da convocação**, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital.

### 5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

#### 5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços de acordo com as especificações constantes do item 3.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades.

5.1.2.1. **Fiscal do Contrato:** é o servidor ou comissão de servidores designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo (a):

5.1.2.1.1. Cotação, reserva e requisição para emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e definição do pagamento das tarifas de bagagens, após a aquisição ser autorizada pela autoridade competente, utilizando o sistema a que se refere o item 3.1;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 11 de 34

5.1.2.1.2. Acompanhamento e fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo do objeto.

5.1.2.2. **Preposto:** funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

## 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;

5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;

5.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes à execução contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;

5.2.4. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA às dependências do TCDF para fins de execução contratual, desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do CONTRATANTE;

5.2.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Edital e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;

5.2.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;

5.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento e no contrato;

5.2.8. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 12 de 34

5.2.9. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

5.2.10. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

5.2.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas, assegurando a ampla defesa e o contraditório;

5.2.12. Cotar, reservar e requisitar a compra, cancelamento ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas pelo sistema on-line automatizado;

5.2.13. Comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos, datas e horários; em casos de instabilidade ou inoperância do sistema *on-line* automatizado.

### 5.3. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

5.3.1. Prestar os serviços em conformidade com as condições e especificações técnicas estabelecidas, nas quantidades indicadas pelo CONTRATANTE;

5.3.2. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação, exigidas no procedimento de contratação, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

5.3.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI, do art.78, da Lei nº 8.666/93;

5.3.4. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;

5.3.5. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;

5.3.6. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 13 de 34

ao atendimento desta contratação;

5.3.7. Designar um profissional da CONTRATADA (nome, telefone e e-mail), o qual se reportará diretamente ao Fiscal do Contrato, para acompanhar e responder pela execução do ajuste;

5.3.8. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência da prestação dos serviços;

5.3.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93;

5.3.10. Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;

5.3.11. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.12. Cumprir com as obrigações constantes do item 3 do Anexo I do Edital.

5.3.13. Corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução.

5.3.14. Executar os serviços objeto do contrato, por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções, causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

5.3.15. Cumprir e fazer cumprir, por meio de seus empregados, prepostos ou conveniados, as cláusulas contratuais, normas, leis e regulamentos, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da presente contratação, cabendo única e exclusivamente à CONTRATADA toda responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão cometida por seus empregados, prepostos ou convenientes.

5.3.16. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 14 de 34

prejudicar a perfeita execução do contrato.

5.3.17. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar perante o CONTRATANTE.

5.3.18. Manter atualizada a relação das empresas de viagem filiadas ao sistema e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao CONTRATANTE as inclusões e/ou exclusões.

5.3.19. Apresentar as faturas emitidas pelas companhias aéreas, para conferência dos valores cobrados, momento em que as faturas serão confrontadas com o relatório emitido pelo sistema *on-line* automatizado a que se refere o item 3.1.

5.3.20. Observar, na emissão de bilhetes de passagens, a legislação que regulamenta a matéria.

5.3.21. Solucionar os problemas que venham surgir, relacionados com reservas de passagens, pagamentos de tarifas de bagagem, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior.

5.3.22. Operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados regional e nacional e com as principais companhias internacionais.

5.3.23. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a comprovação dos valores vigentes das tarifas de passagens e de bagagens à data da emissão das passagens, por companhia aérea, bem como relatório emitido por estas, no qual conste relação das passagens emitidas e seus respectivos valores.

5.3.24. Efetuar o pagamento dos bilhetes emitidos para as companhias aéreas, nos respectivos prazos exigidos pelas referidas empresas, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

5.3.25. Apresentar ao fiscal/executor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, as políticas atualizadas de no-show, remarcação e reembolso de todas as empresas aéreas que atuam regularmente nos mercados regional e nacional e das principais companhias internacionais afiliadas à IATA, informando todas as alterações posteriores.

5.3.26. Apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal / executor do contrato, os atos oficiais que determinam os valores das tarifas aeroportuárias no Brasil e no exterior.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 34

5.3.27. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido na minuta do contrato (Anexo IV) e na legislação vigente.

5.3.28. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da presente contratação, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

#### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO, a ser realizada na prestação dos serviços, constam da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA da Minuta do Contrato, juntada ao Anexo IV deste Instrumento.

#### **5.5. DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E DOS PRAZOS**

5.5.1. As disposições que tratam sobre VIGÊNCIA E PRAZOS da prestação dos serviços constam da CLÁUSULA SÉTIMA da Minuta do Contrato, juntada ao Anexo IV deste Instrumento.

#### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre o RECEBIMENTO DO OBJETO, a ser realizado na prestação dos serviços, constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA da Minuta do Contrato, juntada ao Anexo IV deste Instrumento.

#### **5.7. DO PAGAMENTO**

5.7.1. As disposições que tratam sobre o PAGAMENTO, a ser realizado na prestação dos serviços, constam da CLÁUSULA QUINTA da Minuta do Contrato, juntada ao Anexo IV deste Instrumento.

#### **5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.8.1. As disposições que tratam sobre REAJUSTE, a ser realizado na prestação do serviço, constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do Contrato que será firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nos termos do Anexo IV, deste Instrumento.

#### **5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL**

Termo de Referência nº 17 / 2017.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 34

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

#### 5.10. **DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências;

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser aplicado para agilizar a comunicação entre as partes.

### 6. **DA ESTIMATIVA DO PREÇO**

6.1 O valor anual estimado para a presente contratação é de **R\$ 324.375,00 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, tomando-se como referência a expectativa de gasto até o final do exercício de 2018, com quantidade estimada de 300 (trezentos) bilhetes aéreos, ao custo unitário estimado de R\$ 1.058,35 (um mil e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme o Anexo II (Estimativa do Preço e de Percentual de Desconto).

6.2 O valor estimado para o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA na licitação, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, com a exclusão apenas das taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens, é de 15,74% (quinze inteiros e setenta e quatro centésimos por cento).

6.3 A remuneração dos serviços de Agenciamento de Viagens corresponderá à importância fixa de **R\$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos)** por passagem aérea emitida, proveniente do Agenciamento realizado pela CONTRATADA, conforme o Anexo II (Estimativa de Preço e de Percentual de Desconto).

6.4 Os valores estimados citados nos itens nºs 6.1 e 6.2 constituem mera expectativa de gasto e têm como única e exclusiva finalidade subsidiar os licitantes a elaborar suas propostas, não implicando, sob qualquer hipótese, compromisso do TCDF para com o seu uso durante a execução do contrato.

### 7. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da contratação do presente objeto correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 34

Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos Itens do objeto.

## **8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e em seus anexos e das demais cominações legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Outras disposições que tratam sobre as SANÇÕES APLICÁVEIS na execução contratual constam da CLÁUSULA DÉCIMA do Anexo IV (Minuta do Contrato).

## **9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR**

### **9.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1.1. Será adotado o tipo MENOR PREÇO, sob o critério de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, excluídas apenas as taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.

9.1.1.1. O percentual de desconto será fixo e irreajustável, ressalvada a hipótese em que as companhias aéreas concedam descontos promocionais em maior percentual à CONTRATADA, caso em que a CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE apenas este último desconto.

9.1.1.2. As taxas serão exclusivamente as cobradas pelas companhias aéreas,



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 34

inclusive as correspondentes às passagens internacionais, de acordo com as respectivas regras tarifárias e com os normativos dos órgãos governamentais reguladores.

9.1.1.3. Os demais critérios de remuneração encontram-se detalhados no item 3 do presente Instrumento.

9.1.2. O objeto a ser adquirido enquadra-se no conceito de bens e serviços comuns, nos termos da Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.6 No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Prestador.

## 9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

9.2.1.3. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.4. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.5. **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 19 de 34

ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

9.2.1.6. **Atestado(os) de Capacidade Técnica ou Certidão (ões)** que comprove(m) que o licitante tenha executado, ou esteja executando, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviço de agenciamento de viagens com fornecimento de sistema informatizado on-line de cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas;

9.2.1.7. **Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo**, conforme previsto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no artigo 18 do Decreto Federal nº 7.381, de 2 dezembro de 2010.

9.2.2. A não apresentação da documentação constante dos itens 9.2.1.1 e 9.2.1.2, não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

## **10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

10.1. As disposições trazidas neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 11.771/2008;

10.1.2. Decreto Federal nº 5.450/2005 e 7.381/2010;

10.1.3. Decreto Distrital nº 23.460/2002 e 35.265/2014;

10.1.4. Resolução TCDF nº 273/2014; e

10.1.5. Portaria TCDF nº 273 / 2013.

## **11. DOS ANEXOS:**

11.1. ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇO E DE PERCENTUAL DE DESCONTO;

11.2. ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO;

11.3. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO.

## **12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 20 de 34

12.1. São responsáveis pelo Termo de Referência o Supervisor da Supervisão de Ações Educacionais Internas (SEDIN) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 21 de 34

**ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS E DO PERCENTUAL DE DESCONTO****Valor Estimado para o Contrato**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO	Observação
Passagens aéreas	Und.	300	1.058,35	317.505,00	Parte variável da contratação a incidir o percentual de desconto.
Agenciamento de Viagens	Und.	300	22,90	6.870,00	Valor unitário fixo para efeito de contratação.
<b>VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO</b>				<b>324.375,00</b>	

**Estimativa do Percentual de Desconto a ser aplicado**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERCENTUAL ESTIMADO (%)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, mediante a instalação, em computadores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) previamente indicados, de sistema "on line" automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento ao TCDF durante o exercício de 2018. <u>Percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as taxas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, excluídas apenas as taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.</u>	15,74%



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 22 de 34

**Observações:**

- 1) A remuneração dos serviços de Agenciamento de Viagens corresponderá à **importância fixa de R\$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos)** por passagem aérea emitida;
- 2) O Detalhamento do critério de remuneração pelos serviços prestados encontra-se no item 3.4 do Anexo I do Edital;
- 3) O percentual de desconto estimado é apenas indicativo da contratação, não se constituindo como parâmetro obrigatório de aferição das propostas.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 23 de 34

**ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

(**NOME DO LICITANTE**), (CNPJ), (endereço), (representante), vem apresentar proposta de preços para execução de serviços cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de disponibilização de sistema on-line automatizado via rede mundial de computadores, para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), durante o exercício de 2018, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, mediante a instalação, em computadores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) previamente indicados, de sistema "on line" automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento ao TCDF durante o exercício de 2018. <u>Percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as taxas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, excluídas apenas as taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.</u>	(*)__% (_____)

(\*) Valor do Percentual de Desconto a ser lançado no sistema compras governamentais com precisão de 2 (duas) casas decimais.

**Observações:**

- A quantidade de passagens é estimada (Anexo II), o valor final da contratação dependerá da demanda efetiva solicitada pelo TCDF.
- Contratação por demanda com valor estimado pelo regime de empreitada por preço unitário.
- O valor fixo previsto para o agenciamento de viagens integrará o custo estimado da contratação.
- Critério de remuneração pelos serviços prestados conforme o disposto no item 3.4 do Anexo I do Edital.
- **Prazo de entrega:** conforme disposto no Item 3 do Anexo I do Edital.
- **Prazo de validade da proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias corridos contados da abertura do certame.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 34

**Declaração:** (**NOME DO LICITANTE**) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

**Nome:**

**Endereço:**

**CNPJ:**

**Telefone/fax:**

**Banco/agência/conta:**

**E-mail:**

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 25 de 34

#### **ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/20\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO SOB DEMANDA DE PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS PARA O TCDF, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018. (PROCESSO Nº 17.859/2017-e).**

Pelo presente Instrumento, o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno e \_\_\_\_\_, pelo seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, CI RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, por meio da disponibilização de sistema *on-line* automatizado via rede mundial de computadores, contemplando o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, considerando a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), durante o exercício de 2018, em conformidade com as condições contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2017 e seus anexos e na proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 26 de 34

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 O valor estimado do presente contrato é de até **R\$\_\_\_\_\_**(\_\_\_\_\_), a ser pago em parcelas mensais, conforme demanda, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária do **CONTRATANTE**, observada as seguintes disposições:

3.1.1. Os preços das passagens a serem pagos pelo CONTRATANTE serão os praticados pelas companhias aéreas à época da emissão do bilhete da passagem aérea, mantido sempre o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA de \_\_\_\_\_%, a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens eventualmente cobradas pela companhia, com a exclusão apenas das taxas de embarque, remarcação, cancelamento e agenciamento de viagens.

3.1.2. A remuneração dos serviços de Agenciamento de Viagens corresponderá à importância fixa de **R\$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos)** por passagem aérea emitida, o qual para efeitos de pagamento se submeterá às seguintes definições:

3.1.2.1. **PASSAGEM AÉREA** – bilhete de companhia aérea que abrange um trecho (origem – destino) da viagem.

3.1.2.2. **TRECHO** – Compreende todo o percurso entre a origem e destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

3.1.3. O percentual de desconto será fixo e irredutível, ressalvada a hipótese em que as companhias aéreas concedam à CONTRATADA descontos promocionais em maior percentual, caso em que a CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE apenas este último desconto.

3.1.4. As taxas serão exclusivamente as cobradas pelas companhias aéreas, inclusive as correspondentes às passagens internacionais, de acordo com as respectivas regras tarifárias e com os normativos dos órgãos governamentais reguladores.

3.1.5. Os custos dos serviços de remarcação e cancelamento deverão estar embutidos no custo dos serviços de agenciamento de viagens, observado o disposto no item 3.1.2.

3.1.6. Não haverá pagamento de remuneração ao agente de viagens nos casos de emissões



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 27 de 34

de relatórios gerenciais.

- 3.1.7. O faturamento pela CONTRATADA deverá ocorrer de forma mensal e corresponder ao valor dos bilhetes emitidos no período, devidamente atestada pelo setor competente para a sua aceitação.
- 3.1.8. Na hipótese de os valores não serem processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão, esses ser incluídos na próxima fatura emitida pela CONTRATADA.
- 3.1.9. As regras de reembolso no caso de cancelamento e remarcação observarão o disposto no item 3.3.12 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2017.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA**

- 4.1. Não foi exigida a garantia contratual prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93 para proceder à assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

- 5.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá, mensalmente, Nota Fiscal/Fatura correspondente às despesas do período; a qual, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.
- 5.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.
- 5.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.
- 5.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF), e a Justiça Trabalhista

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 28 de 34

(Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento em decorrência do presente contrato, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

5.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses serem refeito(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA**

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em \_\_\_\_\_, tendo a seguinte classificação funcional e programática: \_\_\_\_\_, fonte de recursos: \_\_\_\_\_.

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 29 de 34

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E DOS PRAZOS**

- 7.1 O contrato terá vigência a partir de \_\_\_/\_\_\_/ 2018, data de início da prestação dos serviços, e durará até 31 de dezembro de 2018, podendo as despesas a ele referentes serem inscritas em restos a pagar, desde que sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro de 2018.
- 7.2. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 7.3 O contrato terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, a expensas do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

- 8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:
- 8.1.1 o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2017;
  - 8.1.2 o atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
  - 8.1.3 o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - 8.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;
  - 8.1.5 a decretação de falência;
  - 8.1.6 a dissolução da sociedade;
  - 8.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
  - 8.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art.

Termo de Referência nº 17 / 2017.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 30 de 34

79 da Lei nº 8.666/93;

8.1.9. subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato, sem a anuência prévia do CONTRATANTE; e

8.1.10 o uso ou emprego da mão-de-obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO**

9.1. Nos casos de rescisão previstos neste contrato, o CONTRATANTE poderá adotar as seguintes providências:

9.1.1. execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

9.1.2. retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 80 da Lei no 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

10.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

10.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

10.4. Em caso de descumprimento dos prazos aqui estabelecidos, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, relativo ao período apurado, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

10.5. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 31 de 34

10.6. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.

10.7. No caso de aplicação de multa será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste tópico.

10.8. As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

11.1.1. receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato;

11.1.2. efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;

11.1.3. cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

12.1.1 prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

12.1.2 cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2017;

12.1.3 cumprir orientação do fiscal/executor do Contrato;

12.1.4 ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em decorrência da execução dos serviços;

12.2 A CONTRATADA fica compelida a manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, bem como com todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 32 de 34

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A Fiscalização e o controle da execução dos serviços contratados serão exercidos por servidor ou comissão do TCDF, designado(a) para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo este franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o contrato. Esse servidor ou essa comissão anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, exercendo, ainda, as atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA nº 03, de 22.12.1997.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperícia, negligência ou imprudência, e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

13.3.1. determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

13.3.2. sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste Instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1. O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

14.1.1. **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;

14.1.2. **DEFINITIVAMENTE**, ao término da vigência do contrato, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 33 de 34

8.666/1993.

14.2. Em caso de conformidade, o servidor ou a comissão autorizará cada pagamento, emitindo o aceite do objeto.

14.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela Comissão, acarretará o não recebimento. O Fiscal do Contrato discriminará, em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível de ser sancionada com as penalidades cabíveis.

14.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

15.1. O valor do percentual de desconto referente ao objeto deste Contrato é fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese em que as companhias aéreas concedam descontos promocionais em maior percentual à CONTRATADA, caso em que a CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE apenas este último desconto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO**

17.1. O teor do Edital e seus anexos, na modalidade de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2017, seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, são partes integrantes deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste pacto.

Termo de Referência nº 17 / 2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Supervisão de Ações Educacionais Internas - SEDIN  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 34 de 34

18.2. Por estarem de acordo foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_